

## **Platonismo como Fundamento Racional e Espiritual da Mística Cristã**

André Silvério da Cruz  
Universidade Federal de Uberlândia – MG  
[andreacruz7@gmail.com](mailto:andreacruz7@gmail.com)

Anderson C.F. Brettas  
Universidade Federal de Uberlândia – MG  
[fbrettas@terra.com.br](mailto:fbrettas@terra.com.br)

GP Mística e Iluminação

### **Introdução**

Este artigo tem por objetivo analisar os aspectos filosóficos e teológicos da mística cristã que, em sua experiência de fé, se fundamenta no princípio radical de um Deus supremo, Uno e trinitário que encarnou na história dos homens. Tal crença foi instituída pela experiência mística dos primeiros cristãos, os quais eram judeus, que está relatada nos textos bíblicos muito antes de existir a justificativa filosófica-teológica dos tempos da Patrística.

Na primeira parte do trabalho, serão apresentados, de maneira breve, os pressupostos filosóficos do platonismo que definiram os horizontes do dogma trinitário de Deus. Pensadores cristãos tomaram consciência de que a filosofia de Platão era fortemente impregnada por um espírito místico e religioso que se constituía como fonte inexaurível para os espíritos sedentos do divino.

Na segunda parte da reflexão, será demonstrada a doutrina teológica de Bento XVI, que segue essa linha espiritual. Ele tem como tema central, no seu livro *Jesus de Nazaré*, a convicção de que, para entender a pessoa de Jesus Cristo, é necessário partir de sua união com o Pai, crer no mistério da divindade trinitária, vivenciar essa crença iniciada no eu interior e que se revela como fé na concretude do mundo, lugar de todos os homens. Pela densidade da obra, a nossa reflexão centra-se no *Sermão da Montanha* e na *Oração do Senhor*.

### **Fundamento do dogma trinitário do Deus encarnado**

O platonismo desenvolveu-se com a fundação da Academia por Platão em 338 a.C, existindo até 529 da era cristã quando o imperador romano Justiniano em Constantinopla ordenou o fechamento das escolas filosóficas pagãs. O pensamento da Academia passou por períodos distintos, não se limitando apenas na preservação, nas leituras e comentários e na transmissão do pensamento de Platão, mas interpretando-o de diferentes maneiras.

O platonismo não se restringe apenas à doutrina transmitida pela Academia, durante o helenismo sua influência foi grande dando origem ao neoplatonismo, também ao desenvolvimento da filosofia cristã com a escola de Alexandria, a escola da Capadócia e o

pensamento de Santo Agostinho. Essa filosofia foi predominante durante todo o período medieval até meados do século XII e, em linhas gerais, em termos ontológicos, caracteriza-se pelo dualismo corpo e alma, matéria e espírito, inteligência e sensação; a crença num mundo de formas e objetos abstratos, autônomo do conhecimento humano; em caráter espiritualista a crença na doutrina da reminiscência; pelo recurso à dialética como forma de elevação do espírito para além do mundo sensível das aparências.<sup>1</sup>

A escola neoplatônica de Alexandria foi o início da afirmação de um platonismo espiritualista e místico como uma das tradições metafísicas que o Cristianismo encontrou e vai assimilar, depois de despi-la de algumas questões consideradas heréticas em termos doutrinários relativo às verdades cristãs. Dois pensadores dessa escola se destacaram nesse cenário, Orígenes (185-254) e Plotino (205-270).

Orígenes frequentou as aulas de Amônio Sacas e seu neoplatonismo foi o primeiro a propor um sistema completo do Cristianismo, e coloca Deus e a Trindade no centro de sua reflexão. O fundamento filosófico em que o filósofo pensa Deus é o da *incorporeidade*. Deus não pode ser pensado como sopro ou fogo na leitura literal da Bíblia, assim como Deus não pode ser descrito como corpo, mas como “realidade intelectual e espiritual” e “natureza intelectual simples”, como também não pode ser conhecido em sua própria natureza:

Em sua realidade, Deus é incompreensível e inescrutável. Com efeito podemos pensar e compreender qualquer coisa de Deus, mas devemos crer que ele é amplamente superior ao que dele pensamos. (...) por isso, sua natureza não pode ser compreendida pela capacidade da mente humana, ainda que seja a mais pura e a mais límpida.<sup>2</sup>

Apesar de discordar da perfeita paridade entre o Pai e o Filho, Giovanni Reale afirma que Orígenes admite que o Pai e o Filho possuem a mesma essência, “o filho é da mesma natureza” do Pai, entretanto Orígenes admite certa “subordinação do Filho ao Pai, do qual é ministro”. vale ressaltar que tal subordinação foi exagerada por seus adversários. O Pai é unidade absoluta, embora o Filho também o seja, desenvolve várias atividades e por isso recebe muitos nomes nas Sagradas Escrituras, conforme as suas ações desenvolvidas. Cristo tem duas naturezas: é verdadeiro Deus e verdadeiro homem e, como tal, tem corpo e alma, esta desempenha a função mediadora entre o *Logos* divino e o corpo humano. Jesus é a encarnação, tornou-se corpo, ser humano, portanto, diferente desse, é isento do pecado.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>2</sup> ORÍGENES apud REALE, Giovanni e Dario Antiseri. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média. Vol.I* 6º ed. São Paulo: Paulus: 1990. (Coleção filosofia), p.413.

<sup>3</sup> REALE, Giovanni e Dario Antiseri. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média. Vol.I* 6º ed. São Paulo: Paulus: 1990. (Coleção filosofia).

Sobre o Espírito Santo, afirma G. Reale, foi Orígenes quem estudou com muita atenção e pela primeira vez identificando sua função na ação santificante, “ao caracterizar o Pai, o Filho e o Espírito Santo como hierarquia, revela mais influências platônicas do que em qualquer outro ponto de seu sistema”<sup>4</sup>. O Deus pai abrange a todas as coisas existentes, o Filho é inferior e é o segundo em relação ao pai, com efeito Pai e Filho alcançam a toda a realidade, a cada um dos seres, racionais ou irracionais, santos ou pecadores. Por fim o Espírito Santo, inferior ao Pai e ao Filho, mas superior aos santos a quem ele se revela. A ação do Espírito Santo se dirige diretamente e somente aos seres racionais, mas àqueles que se voltam absolutamente para o bem, jamais àqueles que estão em poder do mal.

A doutrina de Orígenes é ampla, tratou de vários assuntos, sobre a criação, o livre arbítrio, a encarnação, sobre as Escrituras. A condenação de algumas de suas doutrinas se deu muito mais pelos exageros cometidos pelos seus discípulos, os origenistas, mas sua importância teve um grande significado apologético para o Cristianismo.

Plotino descobre o neoplatonismo em Alexandria onde residiu por 11 anos. Retorna a Roma e abre uma escola com o propósito de renovar o platonismo. Acolhe adeptos e entusiastas, vários filósofos e até políticos romanos, daí formando o seu futuro discipulado. A filosofia de Plotino é considerada a mais célebre no conjunto filosófico do neoplatonismo, trata-se de um espiritualismo e misticismo fundado na doutrina de Platão mas acrescentando-lhe uma teoria do Uno. Hipóstase suprema, o Uno é o Todo, perfeição infinita, fonte e unidade do universo, seu ser último e primeiro, superior ao bem. A dialética de Platão não é o caminho, a via para se atingir esse princípio abstrato que é o Uno, porque seu conhecimento e a tomada de consciência desse Supremo implica um êxtase religioso.

O *Uno*, como ser perfeito, gera o *Nous*, inteligência suprema, Espírito, imagem perfeita de si mesmo que contém todas as idéias. O *Nous* ou Espírito é a dimensão do mundo das idéias e do demiurgo platônico e que não se fecha em si mesmo, dando origem a tudo que existe. A partir do *Nous* ou Espírito o primeiro dos seres que se manifesta é a Alma do mundo, a atividade da alma é dar a vida a todas as coisas existentes: dela vão brotar as demais almas particulares. Surgem as almas dos anjos, dos demônios, dos seres humanos, dos animais e das plantas, tudo ocorrendo num processo de degradação distanciando-se da própria unidade e caindo na aparência da multiplicidade, da matéria e da natureza. A realidade material é a antítese da unidade, por isso é a origem do mal.<sup>5</sup>

A realidade pensada por Plotino é constituída por um movimento de processão do *Uno* ao múltiplo, mas também por um processo de conversão do retorno do múltiplo ao *Uno*. A

---

<sup>4</sup> Idem, p. 414.

<sup>5</sup> Idem, p. 340 a 346

processão como fluxo e a conversão, como refluxo constitui o processo e determina as três hipóstases: *Uno*, *Nous* e *Alma*. Para o filósofo não existe salvação vinda da parte do *Uno*, tampouco por parte de um homem-Deus como na acepção cristã. É o próprio homem que tem que penetrar em si mesmo, despojar-se da parte sensitiva da alma, em seguida despojar-se da palavra e da razão discursiva; por último, no processo de purificação da alma e que quer unir-se, “emergir na contemplação d’Ele:

É o próprio ser humano que, lembrando a origem, amando-a, pode desligar-se da matéria e voltar à unidade. Essa meta faz parte da própria estrutura ontológica do processo. Realiza-se, sobretudo, pela alma humana, através do êxtase, com o qual se atinge não a identificação com o *Uno*, pois esse é transcendente, mas se atinge a imersão total nele<sup>6</sup>

Essa passagem e esse encontro com o *Uno* é denominado por Plotino de “êxtase”, união íntima com o *Uno*, estado de hiperconsciência na qual a alma desgarrada do mundo, do conhecimento sensível e de si mesma aniquila-se e vê-se preenchida na substância infinita, princípio supremo e inefável.

Boa parte da obra de Plotino é dedicada à crítica contra os cristãos e os gnósticos, embora sua interpretação espiritualista e mística do platonismo veio a influenciar fortemente o desenvolvimento do pensamento cristão medieval e a ter abrangência até nossos dias, pela sua mística, e também pela emanção das três hipóstases aproximadas da Santíssima Trindade. O Deus-Uno se manifesta em três emanações idênticas a si próprio: o Ser que é o Pai, o Espírito ou Inteligência que é o Espírito Santo; a Alma do Mundo que encarnou, que é o Filho.

### **O Jesus histórico como o Cristo, ungido de Deus**

Joseph Ratzinger vinha trabalhando, em seu livro *Jesus de Nazaré*, desde 2003, depois de sua eleição como Papa dedicou o tempo livre à obra. Não se trata de um documento do magistério pontifício, mas de uma obra escrita por um homem de fé ao Cristo e também como teólogo que conduz o leitor a procurar pela verdadeira vida de Jesus. O livro visa mostrar que o Jesus da história é o Cristo da fé, a perfeita individuação que emanou da Divindade Universal. Reconstruindo sua vida a partir do Evangelho, Ratzinger coloca sob críticas severas muitas especulações sobre Jesus. Seu trabalho é o resultado de uma investigação séria, de um estudo apurado apresentando grande familiaridade com as ciências bíblicas somadas à longa experiência de magistério teológico nas épocas de professor.

A mensagem de Jesus, lançada há dois mil anos, era uma novidade tão inaudita que a sinagoga de Israel viu no Cristo o pior inimigo de Deus e da religião, não sossegaram

---

<sup>6</sup> LARA, Tiago Adão. *A Filosofia nas suas origens gregas: caminhos da razão no Ocidente*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 220.

enquanto não o viram expirar na cruz. Ainda em nossos dias, a mensagem de Cristo é tão escandalosamente nova que muitas das denominadas Igrejas cristãs estão fundadas em leituras tendenciosas e equivocadas das Sagradas Escrituras, perdendo de vista a radicalidade de Deus que se manifestara por Jesus. Existem algumas reflexões de caráter histórico-teológico que apareceram nesses últimos anos que demonstram estar se manifestando um crescente retorno ao Cristo do Evangelho. Nesses tempos, surgiram muitas teologias, ora de caráter conservador e reacionário, ora de determinadas acepções “liberalizantes”, com tendências relativistas. Existem mesmo movimentos que colocam um Cristo inacessível desvinculado da realidade concreta da humanidade, e até concepções mais radicais, que revelariam um Jesus humano, mas por demais distanciado de seu caráter mais eminente, a sua divindade.

Bento XVI está propondo o retorno ao Cristo do Evangelho, o Jesus real, o “Jesus histórico”, figura racional portadora em si do mistério de Deus. Seu recurso metodológico, num primeiro momento, é recorrer ao método histórico-crítico que possibilita fixar-se na unidade das Escrituras. Mesmo que estas sejam um dado teológico, pelo método histórico-crítico é possível apreender o contexto histórico e compreender o passado, os eventos e as experiências vividas das comunidades que foram narradas pelo texto bíblico.

Contudo, o método histórico-crítico apresenta os seus limites, ele é sempre aproximativo a partir da interpretação dos acontecimentos históricos que são retratados nos referidos textos, justamente porque tem diante de si as palavras humanas como transmissão, daí a sua limitação. A Bíblia contém revelações divinas, mas nem toda ela é palavra de Deus, pois todos os veículos humanos, capazes de receber e transmitir a verdade e a pureza da revelação divina, se mesclam às próprias imperfeições. Acontece também aos exegetas e teólogos, na diversidade de suas interpretações e traduções, que estão na mesma perspectiva dos equívocos que podem ocorrer. Nesse sentido, se todo conhecimento se encontra no limite da palavra, pode-se, por assim dizer, apreender por meio das palavras a dimensão mais elevada daquilo que se quer comunicar e que está contido nas Escrituras, o que revela a condição de “autotranscendência do método”, isto é, ir ao sentido hermenêutico daquilo que a palavra quer comunicar:

Está assim, por um lado, indicado o sentido do método histórico-crítico e, por outro, descritos também os seus limites. Juntamente com os limites tornou-se – assim espero – claro que o método, a partir de sua essência própria, remete para além de si mesmo e leva em si uma íntima abertura a métodos complementares. Na palavra do passado já se ouve a pergunta sobre a sua atualidade; na palavra humana ecoa algo maior; os diversos escritos remetem para o processo vivo da única Escritura, que neles acontece.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré: Do Batismo no Jordão à Transfiguração*. Primeira parte, Tradução: José Jacinto Ferreira de Farias, SCJ, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p. 14.

Esse esforço hermenêutico e exegetico em que os relatos são interpretados já tinha sido codificado no século III com Orígenes. Eles foram estruturados por meio de quatro passos de importância crescente: literal, o que o texto diz explicitamente, por exemplo, que Jesus foi crucificado; ético, o que o texto diz para os homens que se deve ou não fazer; alegórico, quais são os significados das palavras de Jesus apresentadas nas parábolas e que são transmitidas; e por fim, anagógico, a inspiração que se extrai dos textos.

Esse foi o caminho metodológico que Ratzinger trilhou e apresentou em dez capítulos em “um primeiro olhar sobre o mistério de Jesus”: o batismo; as tentações; o evangelho do Reino de Deus; o Sermão da Montanha; a oração do Senhor, os discípulos; a mensagem das parábolas; as grandes imagens de São João; duas balizas importantes no caminho de Jesus: a configuração de Pedro e a Transfiguração; as auto-afirmações de Jesus. Todo o contexto é apresentado na dimensão histórica dos eventos sócio-políticos e culturais em que viveu Jesus, no ambiente de uma cultura religiosa e messiânica, e, a partir daí, dá-se o salto para o entendimento da transcendência, apresenta-se o Jesus, o Cristo da fé.

De um modo geral, o livro segue uma linha de reflexão extremamente densa, profunda. À primeira vista, parece que, dentre todo o conteúdo, dois capítulos se destacam com maior intensidade, *O Sermão da Montanha* e *A oração do Senhor*, em que se tem uma perspectiva histórico-teológica sobre as ações e as palavras de Jesus e a sua missão divina, o que ele disse, os conteúdos que revelam a ação de Deus.

*O Sermão da Montanha* refere-se a uma hierofania, uma irupção do sagrado que tem por finalidade destacar um território do meio cósmico e torná-lo qualitativamente diferente, isto é, experienciar o transcendente. Ali Jesus reúne seus ensinamentos, numa colina onde havia muitos de seus discípulos e uma grande multidão da judéia, de Jerusalém e do litoral. Vieram para ouvi-lo e serem curados de suas doenças e tormentos, e toda a multidão procurava tocá-lo, porque dele saía poderes que curavam a todos. Começou a pregar-lhes a palavra, iniciando com as bem-aventuranças, transcritas integralmente:

Bem-aventurados os pobres em espírito, porque dele é o Reino dos Céus. Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra. Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão a misericórdia. Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus. Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus. Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa no céu, pois foi assim que perseguiram os profetas que vieram antes de vós.

O ambiente sócio-cultural e religioso em que viveu Jesus estava impregnado da expectativa escatológica da proximidade de Deus, do desejo de ação interventora de Deus na história. Para Jesus, o Reino de Deus é fundamentalmente ação soberana, livre, como vontade de Deus. A pregação de Jesus revela essa hierofania desejante da comunidade reunida, essa proximidade relatada no Sermão da Montanha, é carregada de felicidade, de alegria, de paz, o testemunho vivo é que a multidão procurava ouvi-lo e tocá-lo. O evangelista São Lucas também mostra que a presença de Jesus, em qualquer lugar, é sinal de alegria (Lc 1,14; 2,10; 10,17;), de amor e benevolência de Deus para os homens.

Ratzinger chama a atenção para o fato de que o Sermão da Montanha não é nenhum programa de caráter social, a bem-aventurança não é felicidade impoluta que se conquista superando a condição de pobreza material, ao mesmo tempo em que a simples pobreza material também não redime, pois bem sabemos que muitos pobres também se encontram com o coração endurecido e envenenado. A pregação de Jesus é para homens concretos, de carne e osso, em que a angústia existencial, limite da situação contingencial de tudo que é finito, não é eliminada, mas é cingida e transmutada pelo amor de Deus que tudo permeia. As bem-aventuranças, nesse sentido, são um convite a experienciar a presença salvífica do Reino de Deus, quem rejeitar o convite não usufruirá do banquete, (Lc 14-24).

Nessa proximidade de Deus, Jesus é o sinal, o apelo à conversão, os seus preferidos no anúncio do Reino são os pecadores, são os pobres, os marginalizados, isto é, os atormentados. Aqueles que viam a presença do Reino irromper por meio da estrita observância da Lei, criando uma sociedade de puros, se escandalizavam diante do Filho do homem que pregava para pecadores e marginalizados, “não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes. Não vim chamar os justos, mas os pecadores” (Mc 2, 17). À primeira vista, pode parecer que as exigências do Reino apresentado pela pregação de Jesus tenham uma concepção individualista e estejam fora da perspectiva do mundo social. A longa tradição do rigor interpretativo do texto bíblico que vem de Orígenes entendeu que o Reino de Deus não vem ostensivamente, não se deixa perceber na exterioridade, mas está no interior do homem (Lc 17,20). É exigência de conversão interior, pessoal, cuja exteriorização seria os atos decorrentes de tal experiência interna, possibilitando a realização de fato da vontade de Deus. Seguindo essa tradição exegética, relata Bento XVI:

O Sermão da Montanha como tal não é nenhum programa social, isto é verdade. No entanto, somente onde estiver viva no pensar e no agir a grande orientação que ele nos dá, somente aí onde a força da renúncia e da responsabilidade para com o próximo e para com tudo vier da fé, somente aí pode crescer a justiça social. E a Igreja como um todo deve manter-se

consciente de que deve permanecer reconhecível como a comunidade dos pobres de Deus<sup>8</sup>

Pois bem, a mensagem do Sermão da Montanha é sempre tempo presente como sinal salvífico de Deus, o chamado radical para a conversão e a fé e admoestação para a verdadeira missão da Igreja na construção do Reino. O sentido de Igreja no seu todo é a convocação das comunidades que devem estar em comunhão com os pobres de Jesus. Daqueles que vivem na simplicidade e que “assim nos mostram a verdade das bem-aventuranças, para sacudir a todos que estejam despertos” para contrapor à cultura individualista do ter uma cultura do ser e da liberdade interior e assim se criarem os pressupostos para instituir a justiça social.<sup>9</sup>

O *Sermão da Montanha* quer nos mostrar que o ser homem só se vive na sua relação com Deus, a partir D’Ele. Em Jesus, Ele nos mostra o seu rosto, nas suas ações e nas suas vontades. A oração como comunicado de fé é deixar-se calar para permitir que Deus se comunique, o homem que muito fala nada escuta. Na oração, a pessoa que reza e aquela para quem se reza estão mais próximas do que se possa imaginar, evidentemente, desde que ela se permita ouvir pelo espírito. Quando aquele que reza está mergulhado no seu eu interior, sua oração provoca um movimento convergente de baixo para cima, da imanência do finito, realidade do mundo, para o infinito transcendente de uma realidade superior. Essa é a experiência do eu interior pela via da fé. Quando Jesus rezava, era impulsionado para cima, colocando-se na presença do Pai, que amava tanto o mundo de modo a se manifestar nele e a transformá-lo pela sua própria encarnação.

Se o ser homem significa estar em relação constante com Deus, isso exige falar com Ele e escutá-lo, por isso a parte memorável do *Sermão da Montanha* é a *Oração do Senhor*, apresentada aqui na sua íntegra:

Pai nosso que estais no céu; Santificado seja o vosso nome; Venha a nós o vosso Reino; Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu; O pão nosso de cada dia nos dai hoje; Perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido; E não nos deixeis cair em tentação; Mas livrai-nos do mal.

Conhecemos a oração que Jesus ensinou às multidões como a *Oração do Senhor*. A oração é dirigida ao Pai de todos nós, e a saudação “Pai nosso, que estais no céu” deixa claro que não é um pai humano, é o próprio Deus que está além de todo gênero. Vejamos que o *Pai Nosso* surge do diálogo do Filho com o Pai, “ele abrange toda a extensão do ser humano de todos os tempos e, portanto, não pode esgotar-se numa pura explicação histórica, por mais importante que seja”.<sup>10</sup> É um chamado à conversão, ao reencontro com o Pai, o destino das

---

<sup>8</sup> RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré: Do Batismo no Jordão à Transfiguração*. Primeira parte, Tradução: José Jacinto Ferreira de Farias, SCJ, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p. 81-82.

<sup>9</sup> Idem, p.81.

<sup>10</sup> Idem, p. 125.

almas humanas consiste na reconjunção com o divino, a aceitação do Cristo pela fé, tornar-se discípulo de Jesus representa essa fusão na unidade cósmica do *Uno*.

Segundo a análise de Bento XVI, a consciência teológica de São Paulo e de São João esclareceu duas coisas: as bem-aventuranças exprimem o significado do discipulado. Quanto mais concreta e real é a entrega do discípulo, na vida, no sofrimento e na alegria, mais totalmente ele se dispõe a seguir o Senhor. Nesse sentido, torna claro o segundo ponto, o caráter cristológico das bem-aventuranças está ligado ao mistério de Cristo. É a penetração no transcendente, é o mergulho, a entrega total a Deus: já não sou eu, é Cristo que vive em mim. Em São Mateus (5,3-12), essa realidade cristológica e a experiência mística tornam-se mais claras, quem lê com atenção “vê que as bem-aventuranças são, no fundo, uma anterior biografia escondida de Jesus, um retrato de sua figura”.<sup>11</sup> Ele, que não tem onde reclinar a sua cabeça (Mt 8, 20), é o verdadeiro pobre; Ele que de si pode dizer: “vinde a mim, porque Eu sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29). Ele que é puro de coração, o construtor da paz. Nas bem-aventuranças aparece o mistério de Cristo, o “primogênito de todas as criaturas”, é o Logos, *Uno*, que se despojou de sua pura divindade e vestiu-se de forma humana, fez-se carne, tornou-se uma vítima que foi crucificada. Aqui na terra esse Logos se tornou visível na pessoa de Jesus de Nazaré. Portanto, viver em Cristo é entender que Jesus é o ungido, permeado pelo espírito de Deus, a ponto de resultar na mais perfeita criatura, que se tornou humano como a todos os humanos, no entanto, diferente desses, isento dos pecados.

O *Sermão da Montanha* e a *Oração do Senhor* estão fortemente impregnados por um espírito místico e religioso, como fonte inexaurível para os espíritos sedentos do divino. As palavras e os ensinamentos de Jesus não teriam sido suficientes para inspirar os seus discípulos à conclusão de que ele era divino, mas há outro fator, Jesus viveu na prática o que pregou. Os evangelhos estão cheios de passagens que demonstram as ações de Jesus e os seus milagres, mas ele próprio não os divulgava, tampouco perguntava aos outros sobre si mesmo, e jamais forçou alguém a acreditar nele. Um de seus discípulos, Pedro, em determinada ocasião, achou necessário falar o que Jesus fizera durante toda a sua vida, numa frase foi tudo sintetizado: “Ele andou por toda parte fazendo o bem”. Jesus circulou à vontade entre as pessoas comuns, os desajustados sociais, curando-os, aconselhando-os, auxiliando-os a saírem de suas misérias próprias da condição humana.

Essa condição histórica da vida e pregação do mestre até a sua morte no calvário revela a experiência de hierofania em que se constituiu o Cristianismo, e que Ratzinger salienta em todo o seu livro. A crucificação é a crença fundamental das verdades cristãs, seu significado original remete à reconciliação, o resgate da plenitude e da unidade essencial em

---

<sup>11</sup> Idem, p. 79

Deus. Os primeiros cristãos estavam convencidos de que a morte de Jesus havia realizado uma reaproximação entre Deus e a humanidade, uma reparação da trágica separação que tinha ocorrido nos primórdios da vida humana.

A outra doutrina fundamental é a da Trindade. Ela afirma que Deus, embora sendo plenamente um, é três. O que levou os cristãos a adotar essa visão que Deus é um só em três pessoas iguais e distintas teve uma base empírica, muito antes da doutrina filosófica-teológica da Trindade ser elaborada. Os primeiros discípulos de Jesus foram judeus, que afirmavam a existência de Deus sem nenhuma contestação, mas, como vimos na emblemática do *Sermão da montanha* e da *Oração do Senhor*, eles passaram a ver Jesus como Deus assumindo forma humana para entrar no mundo físico. Posteriormente houve Pentecostes e a descida do Espírito Santo sobre os discípulos, assim relata os textos bíblicos como verdade de fé.

Foi assim que os discípulos compreenderam a existência de um Deus em três pessoas. O Filho e o Espírito Santo seriam em verdade a emanção do Pai, os três estavam juntos desde o início. Depois de compreenderem a multiplicidade na natureza divina e sua unidade, os cristãos não conseguiram imaginar um Deus pleno, total, perfeito fora da Trindade, o que motivou a reflexão filosófica a construir um *corpus* teológico para sustentar essa Verdade.

O livro *Jesus de Nazaré*, de Joseph Ratzinger insiste em revelar uma cristologia a partir de uma árdua tarefa hermenêutica de captar o Jesus histórico das Escrituras no sentido autêntico como o homem-Deus. Trata-se de um posicionamento teológico construído a partir das situações concretas da realidade sócio-cultural em que viveu Jesus, no ambiente escatológico e messiânico interpelado pela fé, condição em que a explicação básica histórico-crítica, com toda a sua importância, apresenta seu limite. Aqui está o mérito do autor, sua radicalidade de reflexão não reside simplesmente em seu método e no seu profundo conhecimento bíblico, mas no sentimento de um homem de fé e sua “procura pessoal” e na necessidade urgente de respostas de que o povo de Deus precisa, diante de um determinado desconhecimento da figura emblemática de Jesus. Se, em suas investigações teológicas, deixa entrever a influência dos antigos, ele assume o carinho especial por alguns autores da patrística.

A doutrina teológica da Trindade só foi elaborada no século IV, mas, como foi visto, as experiências que a prepararam são as da Igreja primitiva, dos primeiros cristãos. Construir um arcabouço filosófico-teológico foi necessário para afirmar essas experiências de fé. O estatuto filosófico de legitimidade da visão Trinitária de Deus se afirmou de tal maneira que é impossível falar da figura emblemática de Jesus, o Deus encarnado, o Cristo, sem se envolver no seu aspecto filosófico e histórico.